

HABEAS CORPUS Nº 567.631 - RJ (2020/0071771-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : ANSELMO PIRES DE SOUZA
ADVOGADO : ANSELMO PIRES DE SOUZA - RJ042456
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JEFFERSON MELLO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fls. 13/14):

CRIME CONTRA A SAÚDE PÚBLICA. TRÁFICO DE DROGAS. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DESCLASSIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. REGIME PRISIONAL. ABRANDAMENTO. DESCABIMENTO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITO. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. A materialidade restou comprovada pelos autos de apreensão de fls. 14 e pelos laudos de exame prévio de entorpecente de fls. 16/1 ó verso e laudo definitivo de fls. 89/90, que atestam a presença de 25 (vinte e cinco) gramas de peso líquido total de Cannabis Sativa L. (Maconha), além das declarações do apelante e dos policiais. Em seus depoimentos, os policiais esclareceram que o recorrente teria relatado que estaria vendendo as drogas para custear o tratamento de sua mãe, sendo traficante já conhecido na localidade onde era conhecido pela alcunha de "Baby". Em vista desse conjunto probatório, não há como se acolher o pleito de absolvição do delito previsto no artigo 33, caput, da Lei de Drogas, ou de desclassificação para o crime descrito no artigo 28 da Lei nº 11.343/06, sendo aplicável ao caso o enunciado nº 70 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

As penas-base já foram fixadas nos mínimos legais pelo Juízo de 1º Grau. Redutor previsto no artigo 33, §4º, da Lei de Drogas que não se aplica ao recorrente em virtude da reiteração na prática do delito de tráfico.

O delito de o tráfico tem causado grande intranquilidade na sociedade, demonstrando que a aplicação do regime prisional fechado melhor se amolda ao caso, pois que se concilia com a necessidade de prevenção geral e especial de tão grave crime.

Uma vez que a pena privativa de liberdade para o crime restou fixada em 5 (cinco) anos, mostra-se incabível a substituição das sanções corporais por penas restritivas de direitos, como postulado pelo apelante, visto que extrapolados os limites de pena para concessão desses institutos.

DESPROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO. "

Consta dos autos condenação pela prática do crime tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006, às penas de 5 anos de reclusão, em regime fechado, e 500

Superior Tribunal de Justiça

dias-multa.

O impetrante argumenta a existência de constrangimento ilegal por não ter sido aceito aditamento à apelação, bem como é indevida a manutenção da prisão preventiva, que já perdura por 2 anos.

Nesse sentido, requer a concessão do *habeas corpus* para que seja anulado o julgamento do apelo, revogando-se a prisão preventiva, com ou sem a aplicação de medidas alternativa.

É o relatório.

DECIDO.

As matérias relativas à prisão preventiva e à ilegalidade por não aceitar o aditamento da apelação não foram objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 13/18. Então, esses pontos não poderão ser conhecidos por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Com relação ao alegado excesso de prazo, uma vez efetivado o julgamento do recurso de apelação, não há se falar em letargia para prestação jurisdicional, inexistindo outro parâmetro ao qual se possa argumentar demora injustificada.

Por fim, a respeito do aditamento da apelação, verifica-se que o pedido está prejudicado, tendo em vista que o julgamento já se realizou pelo órgão colegiado competente.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator